



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª. CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0308863-5

EMBARGANTE: LIBERT SEGUROS S.A

EMBARGADO: Luiz Gonzaga Gomes e OUTROS.

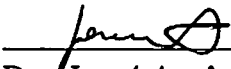
Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena.

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE RECURSO DE AGRAVO - EFEITO INFRINGENTE - DESCABIMENTO - COMPETÊNCIA - JUSTIÇA ESTADUAL - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 94 DO TJPE - PRETENSÃO QUE SE AFASTA DO FIGURINO LEGAL ESTAMPADO NO ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO A SEREM SANADAS - TENTATIVA IMPLÍCITA DE REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE.

1. É cediço que os embargos de declaração não se prestam ao reexame da causa, devendo-se limitar ao esclarecimento de obscuridade, contradição ou omissão, inexistentes no acórdão embargado, já que toda matéria fora devidamente apreciada.
2. Com relação à competência da Justiça Estadual, a Súmula 94 deste e. Tribunal de Justiça, é cristalina ao consignar: "*A justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional.*"
3. A intenção de *prequestionar* a matéria não acarreta o provimento dos embargos declaratórios *se não restarem presentes os requisitos insertos no art. 535 e incisos, do Estatuto Processual Civil.*
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 03, de Setembro de 2013, à unanimidade de votos, por conhecer e rejeitar os embargos de declaração, na forma do voto do relator.

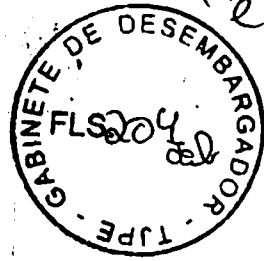
Recife, 03 de setembro de 2013 (data da lavratura).


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª. CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0308863-5

EMBARGANTE: LIBERT SEGUROS S.A

EMBARGADO: Luiz Gonzaga Gomes e OUTROS.

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena.

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela LIBERT SEGUROS S.A, com propósito de prequestionamento (Súmula 98 e 211 do STJ¹) quanto às questões federais discutida nos autos, com fito de proporcionar o manejo dos recursos extremos, bem como, sob outra rubrica, que seja concedido os efeitos infringentes, determinando a remessa da ação em curso para a Justiça Federal.

Para melhor ilustrar a questão, eis a ementa do acórdão embargado:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - SEGURO HABITACIONAL - ILEGITIMIDADE PASSIVA - CONTRATO CELEBRADO ANTES DA LEI N.º 12.409/2011 - ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA - INCABÍVEL - O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA JUSTIÇA FEDERAL - SÚMULA 94 DO TJPE - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DOS AGRAVADOS - INVERSÃO DA RESPONSABILIDADE PELO CUSTEIO NA PRODUÇÃO DA PROVA - POSSIBILIDADE -

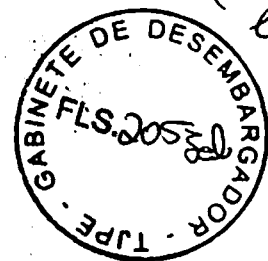
¹ Súmula 98 - Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

Súmula 211 - Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



PRETENSÃO RECURSAL EM ROTA DE COLISÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE ESTADUAL - DE JUSTIÇA E DO STJ - AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ENSEJAR A REVISÃO DO JULGADO RECORRIDO - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Inexistência de argumento novo que possa ensejar mudança do entendimento adotado na decisão agravada.

2 - No tocante à ilegitimidade passiva e a competência da Justiça Federal para processar e julgar o processo, em razão do interesse da Caixa Econômica Federal, a pretensão não merece êxito. Notadamente, sendo o contrato de seguro habitacional avença firmada em momento anterior à edição da Lei n.º 12.409/2011, revela-se incabível o deslocamento da competência à Justiça Federal, não só em face da potencialidade de causar prejuízo aos segurados, mas também sob pena de desrespeito aos princípios da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito e acabado. Além do mais, conforme entendimento do Colendo STJ, a Caixa Econômica Federal não possui interesse para figurar em ação envolvendo cobrança de seguro habitacional adjeto ao Sistema Financeiro Habitacional, sendo a relação jurídica atinente apenas ao mutuário e a seguradora, salvo se ela manifestar expressamente seu interesse. Não sendo esta a hipótese dos autos.

3 - Nesse sentido, também merece registro o teor da Súmula 94 deste e. Tribunal de Justiça, *in verbis*: "A justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional."

4 - De resto, cumpre registrar que o STJ firmou entendimento no sentido de ser possível a incidência desse Diploma consumerista aos contratos regidos pelo SFH e, consequentemente, também aplicáveis aos contratos de mútuo as regras do CDC que autorizam a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



inversão do ônus da prova em favor da parte considerada hipossuficiente. A inversão do prova deve ser compreendida de maneira ampla, incluindo aí também a inversão da responsabilidade pelo seu custeio. Logo, acertada a providência do Juiz *a quo* ao determinar que a produção da prova pericial em foco seja feita à custa da agravante.

5 - Tem legitimidade ad causam na ação de cobrança de indenização securitária tanto o mutuário, que celebrou contrato de financiamento habitacional, quanto o adquirente posterior do imóvel.

6 - Agravo improvido.

7 - Decisão unânime.

Requer a seguradora LIBERT SEGUROS S.A., no recurso em apelo, pronuncionamento explícito desse Colegiado acerca da violação dos artigos 206, 757, 758, todos do Código Civil e artigos 6º, 70, III, 113 e 267, VI do Código de Processo Civil, afrontando ainda o decreto-lei 2.406/88, o decreto lei 2.476/88, a lei 10.150/00, a medida provisória 475/2009, tudo cumulado com o artigo 1º da lei 12.409/2011, regulado pela resolução 297/2011 do próprio Conselho Curador do FCVS – CCFCVS, além de ignorar alertas do Tribunal de Contas da União e jurisprudências recentes de diversos Tribunais e do próprio STJ, amparado, assim, nas hipóteses previstas no art. 105, III, “a” e “c”, da Carta Política de 1988.

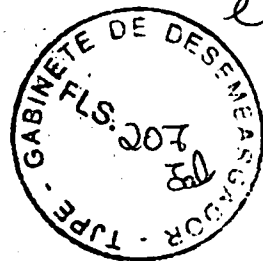
Diante do exposto, pugna, ao final, pelo conhecimento dos presentes Aclaratórios, e no mérito, o seu provimento para que esta Câmara se pronuncie expressamente sobre todas as violações legais e questões fáticas que apontou, conferindo-lhe efeito infringente, e determinando a remessa da presente ação para a Justiça Federal.

É o relatório.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Por independer de pauta, trago em mesa o feito para julgamento por este colegiado.

Passo a votar:

Sabe-se que os *Embargos de Declaração* são cabíveis quando houver, na sentença ou acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (*Incisos I e II, do art. 535, do CPC*), e em face de construções jurisprudenciais, admissíveis em decisões judiciais em sentido amplo *e também com efeitos modificativos*.

Em regra, não possuem caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, *buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação*.

Pois bem.

Consolido de logo entendimento, que no presente caso as questões vertidas nos autos foram conveniente e devidamente respondidas e resolvidas, revestindo-se os declaratórios, na(s) omissão(ões) de mérito apontada (artigos pré-questionados), como rediscussão da matéria, por não ser a decisão embargada coincidente com a tese da Seguradora embargante.

Não há o que se aclarar no acórdão embargado, a qual apreciou a lide nos termos em que foi posta.

Esta Corte não é obrigada a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelo Embargante, mormente quando decidiu com fundamentos suficientes para esgotar os aspectos jurídico-processuais da demanda.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



É de ressaltar-se, por conseguinte, que *o Juiz não está obrigado a examinar todas as teses invocadas pelas partes*, nem tampouco ater-se aos fundamentos indicados por elas.

A propósito, inclusive não há necessidade, mesmo quando miram o *prequestionamento*, caso do autos, que os embargos sejam numerários *ou esmiúcem norma por norma alegada pela parte como pertinente ao debate*, até mesmo porque, não está o juiz ou tribunal obrigado a decidir a controvérsia *segundo aquilo que a parte entende como correto*, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do *"livre convencimento motivado"*.

Eis a jurisprudência,

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 131 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. *Conforme o disposto no artigo 131 do Código de Processo Civil, diante do princípio da persuasão racional (ou livre convencimento motivado), o magistrado aprecia livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, tendo tão somente que indicar os motivos que formaram o convencimento.*

2. *A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que "não está obrigado o Magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim, com seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso*



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



concreto" (REsp 302.179/RJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 04/03/2002). Precedentes.

3. O Tribunal de origem considerou devida a indenização postulada pelo autor com base nas provas carreadas nos autos. A reforma da conclusão do aresto demanda, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no âmbito de recurso especial.

Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1399068/GO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011)

Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça *admite o prequestionamento implícito*, sem que haja necessidade de *debate numerário e nesse sentido*, reproduzo trechos de acórdãos que passo a transcrever:

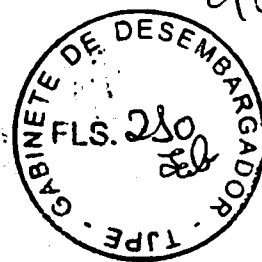
"A ausência de prequestionamento explícito (ou numerário) não prejudica o exame do recurso especial quando a Corte de origem houver emitido, ainda que implicitamente, juízo de valor acerca da matéria sub judice". (REsp 946.015/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2008, DJe 23/06/2008)

"Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, sendo certo que é desnecessário o prequestionamento explícito a fim de viabilizar o acesso a esta Corte Superior de Justiça, bastando que a matéria aduzida no recurso especial tenha sido objeto de manifestação pelo Tribunal a quo, sem que seja necessário o pronunciamento específico sobre os dispositivos legais correspondentes". (AgRg no Ag



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1266387/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA
TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010)

Assim, entendo ser impossível o acolhimento dos embargos para fins de prequestionamento, requisito indispensável para se recorrer às instâncias superiores, a teor das Súmulas 356 e 282, ambas do STF, vez que seu reconhecimento demanda apreciação do disposto no artigo 535 do CPC.

Nesse sentido, é o entendimento do Superior
Tribunal de Justiça:

"Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Este recurso não é meio hábil ao reexame da causa" (STJ, 1ª Turma, REsp. 11.465-0/SP, rel. o Min. Demócrito Reinaldo, DJU 15.2.93, p. 1665).

Como dito alhures, não se prestam os presentes embargos como meio próprio e adequado para rediscutir questões já decididas pela Turma Julgadora.

Com isto, concluo que o único objetivo da recorrente é de fato, rediscutir a referida matéria, e ainda que não se mostre razoável extrair um cunho protelatório no manejo do presente recurso, com aplicação da penalidade legal, imperioso reconhecer que em tudo se mostra inadequado e despiciendo.

Assim, já tendo igualmente o colendo STJ assentado que "os embargos declaratórios não se prestam ao exame de matéria decidida no acórdão embargado, servindo como instrumento de aperfeiçoamento do julgado que contenha omissão, contradição ou obscuridade" (Ac. unânime, 4ª Turma, no



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



REsp. 184.703), e, não sendo esse, à obriedade, o caso em debate, a única conclusão possível é a de que o presente recurso não pode prosperar.

Nesse diapasão, *os fundamentos do julgado embargado permanecem irretocáveis*, sendo aqui ratificados nos termos em que foram proferidos. Forte em tais razões, conheço e rejeito os presentes Embargos de Declaração, à míngua de omissão, obscuridade ou contradição.

É como voto.

Recife, 03 de setembro de 2013.



Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator